



Índice

- 01** Índios bloqueiam a Estrada de Ferro Carajás
- 02** Fazendeiro quer do MPF resposta para acordo com índios
- 03** Funai discute com PF estratégia para entrar em fazenda
- 04** Justiça determina acesso da Funai a índios em Iguatemi
- 05** Índios invadem sede de secretaria para pedir saída de coordenador
- 06** Índios iniciam onda de protestos contra massacres
- 07** Dilma vai receber índios, MST, evangélicos e movimento negro nos próximos dias
- 08** Tenente Portela: Projeto para implementação do Brique do Índio é entregue ao governo do estado
- 09** Indígenas interditam estrada em São Luís e pedem melhorias na saúde
- 10** Seminário debate ampliação da assistência técnica para povos indígenas



Índios bloqueiam a Estrada de Ferro Carajás SÍTIO PORTAL CIDADE DE ITAPIRA, 05.07.2013

Luciano Nascimento
Repórter da Agência Brasil

Brasília - Cerca de 150 integrantes de sete povos indígenas do Maranhão bloquearam no começo da tarde de hoje (4) a Estrada de Ferro Carajás, que liga as jazidas de minério de ferro da Vale, no Pará, ao Porto de São Luís. Os índios protestam contra a precariedade das condições de saúde e pedem a saída dos diretores do Distrito de Sanitário Especial Indígena (Dsei). Eles bloquearam a ferrovia no trecho que passa pela Aldeia Maçaranduba, Terra Indígena Caru, no município de Bom Jardim, a 283 quilômetros da capital maranhense. A área é ocupada pelos awá-guajás e teneteharas (guajajaras).

Desde o dia 24, um grupo formado por 300 índios ocupou o prédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em São Luís, protestando contra as péssimas condições de atendimento à saúde. Eles também apontaram que as falhas na gestão do Dsei seriam responsáveis pelos principais problemas de assistência à saúde nas aldeias do Maranhão.

Os índios pedem a saída do coordenador do órgão, Licínio Brites Carmona, e do chefe da equipe de Divisão Técnica do Dsei, Antônio Isídio da Silva, sob o argumento de que eles não levam em consideração as reivindicações das lideranças indígenas. Desde 2010, o Dsei é responsável por organizar os serviços de atenção à saúde indígena em articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS). Antes esta competência era da Funasa.

"Há seis anos o Licinho está à frente do Dsei e não teve diálogo com a gente. Ele nunca ouviu as reivindicações das lideranças. Então, os índios chegaram à conclusão de que não adianta pedir melhorias na saúde se ele continuar na chefia", disse à Agência Brasil Marinete Guajajara, líder guajajara.

Marionete declarou ainda que, sem conseguir o atendimento das reivindicações, parte do grupo decidiu retornar para as aldeias e quando chegou sem uma resposta houve revolta de quem estava aguardando o retorno. "Eles voltaram para as aldeias sem nenhuma solução e resolveram, junto com os que ficaram esperando, bloquear a ferrovia. É a única forma de chamar a atenção do governo", declarou, ressaltando que a ocupação é por tempo indeterminado.

As mobilizações reúnem as etnias Krenjê, Tenetehara, Awá-Guajá, Apãniekra, Ramkokramekra, Gavião e Krikati. No começo da tarde de amanhã (5) está prevista uma reunião dos índios com representantes do governo federal, na sede do Ministério Público Federal, para tentar chegar a um acordo.

A reportagem da Agência Brasil tentou contato com os coordenadores do Dsei e representantes da Vale, mas não obteve sucesso.

CONT



Boletim de Notícias - Edição nº 117 / 2013

Brasília, 05 de julho de 2013.

Edição: Aécio Amado

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil. É necessário apenas dar crédito à Agência Brasil

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-07-04/indios-bloqueiam-estrada-de-ferro-carajas>

Fonte: Agência Brasil



Fazendeiro quer do MPF resposta para acordo com índios

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 04.07.2013

Viviane Oliveira

O fazendeiro Nilton Carvalho, proprietário da Fazenda Esperança em Aquidauana, ocupada por índios terena desde o dia 30 de maio, agendou uma audiência para às 14h desta sexta-feira (5) com o procurador da República Emerson Kalif.

Ele quer que o MPF (Ministério Público Federal) interceda para que a comunidade indígena deixe a propriedade, sem que seja necessário o uso da força física.

De acordo com o advogado dele, Sérgio Muritiba, a intenção é que o MPF e a Funai (Fundação Nacional do Índio) interceda para que a comunidade cumpra a reintegração de posse sem precisar da intervenção da Polícia.

"Hoje o procurador esteve na aldeia conversando com os índios e a nossa intenção é saber o resultado dessa conversa", disse o advogado.

Nilton afirma que quer pelo menos retirar as 3.500 cabeças de gado e os maquinários que estão na propriedade. "Tudo vai depender da conversa e da boa vontade dos índios", diz.

Ontem (3), foi recebido pela Justiça um recurso para derrubar a liminar que concedeu reintegração de posse da Fazenda Esperança, em Aquidauana. A Funai, o MPF e a AGU (Advocacia-Geral da União) entraram com o pedido e aguardam o julgamento dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado. De acordo com o advogado dos indígenas, Luiz Henrique Eloy, a decisão deve sair nesta sexta-feira.

A Polícia Federal foi oficiada na última sexta-feira (28) e, conforme a assessoria de imprensa, está trabalhando no planejamento da ação. A data e horário da ida dos policiais não foi divulgada pela corporação.



Funai discute com PF estratégia para entrar em fazenda

SÍTIO SUL NEWS, 04.07.2013

Equipes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Polícia Federal e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) se reúnem hoje para definir como será a entrada na fazenda Cambará, localizada em Iguatemi e ocupada por cerca de 300 índios, desde agosto de 2011.

Uma decisão da desembargadora federal Cecília Mello, do Tribunal Regional Federal da 3ª região (TRF3), divulgada ontem (3) pelo Ministério Público Federal (MPF-M), afirma que o fazendeiro dono da propriedade deve liberar o acesso das entidades aos índios da etnia Guarani-Kaiowa.

O pedido do MPF surgiu desde 2011 quando os índios ocuparam 1 hectare da propriedade e a Funai não pôde ter acesso aos indígenas. Duas decisões semelhantes para que o fazendeiro liberasse o acesso foram expedidas em outubro de 2012 e março deste ano. Porém, o produtor não obedeceu as decisões.

O coordenador da Funai em Ponta Porã, Silvio Raimundo da Silva, disse que equipes do órgão e da Sesai fizeram várias tentativas para ter acesso aos índios. "Tivemos muitas dificuldades e não éramos autorizados a entrar na Cambará. Na porteira eles já nos barravam", afirma o coordenador.

Com a nova decisão da Justiça, Silvio afirma que irá se reunir com o delegado da sede da Polícia Federal em Naviraí e com representantes da Sesai para definir como será a ação na fazenda. "Dessa vez nós esperamos que a decisão seja cumprida. Quero acreditar que a gente consiga, já que hoje houve uma reafirmação do próprio tribunal", explica Raimundo.

Conforme a Funai, 65 famílias, cerca de 300 indígenas, vivem na propriedade desde a invasão. Em decisões anteriores, a Justiça negou reintegração de posse pedida pelo proprietário e estipulou o espaço de 1 hectare para a estadia dos índios.

OCUPAÇÃO

Desde novembro de 2011, os indígenas ocupam área de 1 hectare da Fazenda Cambará. Eles se refugiaram no local, situado do outro lado do Rio Hovy, depois de ataque de pistoleiros ao acampamento montado por eles em estrada vicinal da região, em agosto do mesmo ano.

A situação dos Guarani teve destaque em todo o país quando os índios divulgaram uma carta em que se declaravam dispostos a morrer em vez de deixar as terras. Na época, a comunidade havia sido notificada do despejo pela Justiça Federal do Mato Grosso do Sul.

Fonte: Campo Grande News



Justiça determina acesso da Funai a índios em Iguatemi

SÍTIO A GAZETA NEWS, 04.07.2013

Justiça determina multa e reforço policial para que a determinação de entrada da Funai em Pyelito Kue seja cumprida por produtor rural em MS

O descumprimento da ordem judicial já dura oito meses, agora o proprietário da fazenda Cambará deverá pagar multa diária de 10 mil reais caso continue impedindo o acesso de órgãos federais ao acampamento indígena.

Além da multa diária estipulada, a justiça determinou o uso de força policial caso o acesso da Funai e Sesai à Pyelito Kue, no município de Iguatemi, continue sendo bloqueado na fazenda Cambará. A decisão é da Desembargadora Federal, Cecilia Mello que, em março desse ano, já havia reafirmado o direito de ingresso dos órgãos federais ao local. Atendendo ao pedido do Ministério Público Federal, a desembargadora se expressou através do despacho: "A partir de tudo o que foi demonstrado, conclui-se que os fazendeiros não cumprem, no mínimo regularmente, a determinação desta Egrégia Corte Regional há pelo menos 7 meses, o que, além de caracterizar desrespeito a uma decisão emanada pelo Poder Judiciário, coloca em risco todo um trabalho de harmonização das relações entre proprietários de terras e silvícolas no estado de Mato Grosso do Sul". Mais adiante no despacho, a desembargadora alerta que "o descumprimento da decisão judicial caracteriza crime de desobediência, nos termos do artigo 330, do Código Penal, com pena de detenção de 15 dias a seis meses e multa".

Para o Coordenador Regional da Funai de Ponta Porã, Silvio Raimundo da Silva, a determinação deve possibilitar o atendimento necessário à comunidade indígena de Pyelito Kue: "Com essa decisão, a Funai vai poder cumprir seu papel atendendo a esses indígenas e garantindo os direitos deles. Esperamos que a determinação seja realmente cumprida, já que houve a reafirmação, pelo TRF, do direito dos órgãos federais de adentrarem na área", diz.

A área, ocupada por um grupo Guarani Kaiowa, foi identificada como Território Tradicional Indígena, de acordo com estudo de delimitação elaborado pela Funai e publicado em janeiro deste ano. Desde a retomada da área pelos indígenas, em 2011, a comunidade precisa atravessar o rio Hovy para entrar e sair do acampamento. A Funai e outros órgãos de assistência partilham da mesma dificuldade para ter acesso a Pyelito Kue. A outra opção de acesso, por dentro da fazenda Cambará, é negada pelo dono da propriedade.

Fonte: Assessoria Funai



Índios invadem sede de secretaria para pedir saída de coordenador

SÍTIO NOTICIDADE, 04.07.2013

Um grupo de representantes das oito etnias indígenas de Mato Grosso do Sul ocupou na tarde de hoje a sede da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena). Eles entraram pacificamente, mas os funcionários resolveram suspender os serviços.

Os índios querem o afastamento imediato do coordenador do órgão no Estado, Nelson Carmelo. Segundo eles, pessoas estão morrendo nas aldeias por problemas simples, por conta do total abandono da Secretaria que substituiu a Funasa no atendimento à saúde indígena.

Os manifestantes dizem que a criação da Sesai acabou com a qualidade dos serviços nas aldeias. "Virou bagunça", diz um dos representantes do movimento, Fernando Souza.

Ele garante que os técnicos de enfermagem que aparecem nas aldeias, chegam sem materiais básicos para o atendimento. "No último ano a verba para saúde dobrou de R\$ 20 milhões para R\$ 45 milhões, como então que a coisa só piora?", questiona.

Também lembra do caso de um homem que morreu de pneumonia sem nunca ter sido encaminhado ao médico. A doença, segundo Fernando, é um dos principais motivos de morte nas comunidades indígenas do Estado.

Em um prédio novo, na Via Parque, o grupo encontrou instalações bonitas, até "luxuosas" na opinião dos índios. "Já nas aldeias a situação tá bem difícil, cada ano mais", critica Fernando.

O agente de saúde Reginaldo Aquino, índio guarani da aldeia Panambizinho, em Dourados, fala em "retrocesso". "Quando tem receita, o índio vai retirar o medicamento, mas nunca acha", reclama.

O grupo não encontrou o coordenador no local, mas aproveita o protesto para gravar a movimentação e depoimentos dentre as cerca de 50 pessoas presentes à manifestação, para enviar ao Ministério da Justiça.

Campo Grande News

Índios iniciam onda de protestos contra massacres

SÍTIO O PROGRESSO, 04.07.2013

Eles fazem Aty Guassu em várias cidades de Mato Grosso do Sul de hoje até o dia 20. Comunidade cobra Justiça



Indígenas fazem onda de protestos a partir de hoje em Mato Grosso do Sul (Foto : Hédio Fazan)

Indígenas das etnias Guaraní kaiuwás iniciam onda de manifestações hoje em Mato Grosso do Sul. O objetivo é cobrar Justiça em relação aos assassinatos ocorridos em Mato Grosso do Sul, que segundo o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) é o Estado onde mais se mata índios em todo o País. A comunidade também reivindica celeridade nos processos de demarcação de terras, a punição de fazendeiros acusados de matar índios, e o esclarecimento de crimes contra indígenas no Estado.

Hoje a comunidade recomeça manifestação pacífica pela demarcação de terras tradicionais, e julgamento dos fazendeiros acusados de assassinatos, assim como a prisão de envolvidos nos crimes.

Nos dias 05 e 06, acontecem manifestações no município de Rio Brilhante abrangendo a região. Neste movimento, os indígenas vão relembrar e prestar homenagem à luta do líder da Aty Guasu José Barbosa Almeida (Zezinho) que morreu atropelado em julho de 2012.

Em Dourados os protestos acontecem entre 20 e 28 deste mês. Na ocasião a comunidade vai cobrar Justiça e celeridade nos processos de demarcação. Em carta aberta para a sociedade, a comunidade indígena destaca nomes de lideranças assassinadas supostamente por fazendeiros no Conesul do Estado.

CONT.



Eles também informam o sofrimento da comunidade frente ao suposto descaso do poder público para os povos indígenas. “Nós lideranças Guarani-Kaiowá, mais de duas décadas constatamos, ouvimos e sentimos a humilhação, o constrangimento e a dor permanente das violências praticadas pelos fazendeiros contra nossas comunidades e lideranças da Aty Guasu Guarani-Kaiowá.

De fato, milhares Guarani-Kaiowá desesperados choram a dor permanente da memória da expulsão de seus territórios tekoha, dos assassinatos e da crueldade praticada pelos fazendeiros do Cone Sul de Mato Grosso do Sul. Casos de: prisões ilegais das lideranças por lutar pela demarcação de terra; demora na demarcação de terras indígenas, práticas de racismo, discriminação e preconceito via pôster público; ameaça de atropelamentos; tentativas de assassinatos; mortes nos acampamentos à beira das rodovias por atropelamento; ameaças verbais; impedimentos de ir e vir com cercas ilegais; tiros com armas de grosso calibre aterrorizando nossas crianças e mulheres; familiares desaparecidos em ataques; envenenamentos dos córregos, rios e de pessoas e assassinatos contínua de nossas lideranças cujos assassinos andam livre e continuam praticando violências contra indígenas a luz do dia e seguem impunes pela justiça brasileira(...)”.

Em outro trecho da carta os indígenas alertam para os assassinatos que estão gerando verdadeiro massacre na comunidade.

“(...) Importa destacar que esse genocídio e o etnocídio silencioso dos indígenas de Mato Grosso do Sul em curso permitido pelo governo e justiça do Brasil que há décadas massacra nossas vidas e irriga ou banha nossas terras tradicionais com o nosso sangue indígena(...)”.

A carta também destaca líderes assassinados e que não tiveram os casos esclarecidos como Marçal de Souza. O crime prescreveu e os assassinos estariam soltos. Marçal Tupã'i teria sido assassinado por pistoleiros em Antonio João.

“Nesta área a terra indígena já foi homologada pelo presidente da República do Brasil em 2005, mas os indígenas não usufruem e reocupam o tekoha, enquanto os fazendeiros continuam explorando a terra indígena homologada”, destaca trecho da carta.

O grupo também destaca o assassinato de indígena Dorvalino Rocha em Antonio João, há 8 anos. Segundo a comunidade os assassinos não foram julgados. Os autores seriam equipes de segurança particular contratada por fazendeiros, no dia 26 de dezembro de 2005.

Há 13 anos a comunidade também busca esclarecer assassinato de Samuel Martins, em que os assassinos não foram julgados. Ele foi morto durante a retomada de tekoha Ka'a Jari, no município de Amambai.



Dilma vai receber índios, MST, evangélicos e movimento negro nos próximos dias
SÍTIO CABRÁLIA NEWS, 04.07.2013

A presidente Dilma Rousseff continuará a receber movimentos sociais e organizações da sociedade civil para discutir as demandas apresentadas durante as manifestações que ocorreram no país. No entanto, segundo o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, nos encontros, ela não deverá discutir pautas tradicionais dos movimentos, mas tratar da atual situação do país.

Na sexta-feira (5), Dilma vai se reunir com organizações ligadas ao campo, representadas por entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de quilombolas e pequenos agricultores.

Na próxima semana, será a vez dos povos indígenas, que têm reunião marcada com Dilma na quarta-feira (10). Segundo Carvalho, as principais entidades do setor deverão ser ouvidas. Ativistas da cultura digital, entidades e igrejas evangélicas e organizações que discutem a reforma política também serão recebidos no Palácio do Planalto na semana que vem.

Entrarão ainda na agenda presidencial encontros com representantes de organizações de mulheres e do movimento negro. "Será um ciclo novo [de reuniões] que a gente está abrindo, além das que já fizemos, sempre nessa perspectiva da importância de ouvir a sociedade, as demandas, aquilo que as ruas manifestaram e, a partir daí, tomar atitudes que o governo entender que são possíveis e que atendam às demandas sociais."

Carvalho disse que as audiências têm como foco tratar da atual situação do país e não discutir demandas tradicionais dos movimentos, que, segundo ele, já são encaminhadas pela Secretaria-Geral da Presidência.

"Este momento com a presidente não é para discutir aquela pauta que eles tratam com a gente sempre aqui na secretaria. Todos esses movimentos, em geral, já têm diálogo com o governo, mesas permanentes. Mas é um momento de a presidente ouvir diretamente questões, opiniões, sugestões, análises do movimento sobre o momento nacional e, claro, apresentarem as suas demandas, que, na medida do possível, serão tratadas pelo governo", declarou o ministro.

Segundo Carvalho, a partir de agora, Dilma não fará apenas reuniões "episódicas" com a sociedade civil, mas manterá contato "oportunamente" com as organizações.

Nos últimos dias, Dilma recebeu representantes de entidades ligadas à juventude, direitos homossexuais, movimentos urbanos e de moradia, além do Movimento Passe Livre, que deu origem à onda de manifestações pelo país.

Uol



Tenente Portela: Projeto para implementação do Brique do Índio é entregue ao governo do estado

SÍTIO PROVINCIA FM,04.07.2013

Na última sexta-feira, 28 de junho, a Assessora de Projetos da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Maria de Fátima Muenzer Flores, esteve em Porto Alegre entregando o projeto Brique do Índio para a Secretária de Estado de Turismo, Abigail Pereira. A Chefe de Gabinete, Cora Chiappetta e a Secretária Abigail ainda foram agraciadas com um mimo de artesanato confeccionados por mulheres indígenas da Terra do Guarita.

Conforme Maria de Fátima, o projeto visa difundir e contribuir para a manutenção dos usos e costumes dos índios Kaingang e Guaranis. "A finalidade é dar visibilidade para a identidade étnica cultural da comunidade indígena, aproximar os índios do público, tanto da comunidade portelense e quanto da comunidade regional e fomentar o turismo local", explica Fátima. Segundo ela, dessa forma, haverá um incentivo ao crescimento turístico em Tenente Portela, sendo uma ação capaz de fixar a imagem da cidade no cenário turístico regional, estadual e nacional, pela preservação de suas origens.

A Secretária e a Chefe de Gabinete se comprometeram em estudar uma forma de aporte financeiro e dar o apoio necessário à efetivação do Projeto. Uma próxima reunião será agendada para dar andamento aos estudos preliminares, com o objetivo de tomar medidas necessárias para a instalação do programa.

O Brique do Índio, em princípio, será uma ação para o ano de 2014 e deverá acontecer na Praça do Índio, em Tenente Portela, com periodicidade a ser definida e, oportunamente, em paralelo, poderá se tornar itinerante, tanto na Região como no Estado, em eventos próprios.

Tiago M. Albarello

Jornalista MTb 15.681

Assessor de Imprensa

Prefeitura Municipal de Tenente Portela



Indígenas interditam estrada em São Luís e pedem melhorias na saúde

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 04.07.2013

O trecho da ferrovia bloqueado passa pela aldeia Maçaranduba, Terra Indígena Caru, dos Awá-Guajá e Tenetehara (Guajajara). A ocupação se manterá por tempo indeterminado

Há mais de 10 dias, lideranças indígenas estão acampadas na sede da Dsei (órgão da Secretaria Especial de Saúde Indígena), em São Luís, reivindicando melhorias, principalmente para a saúde. Nesta quinta-feira (4/07) cerca de 150 integrantes, de sete povos, interditaram a Estrada de Ferro Carajás, que liga as jazidas de minério de ferro da Vale ao porto de São Luís, capital do estado.

O trecho da ferrovia bloqueado passa pela aldeia Maçaranduba, Terra Indígena Caru, dos Awá-Guajá e Tenetehara (Guajajara). A ocupação se manterá por tempo indeterminado.

De acordo com as lideranças do movimento, a ferrovia foi bloqueada porque o DSEI-Maranhão até agora não atendeu nenhuma das reivindicações dos indígenas. "Então os parentes decidiram interditar a ferrovia para serem ouvidos", explica Lourenço Krikati, 44 anos, da Terra Indígena Krikati.

O que os povos pedem são as exonerações do DSEI de Licínio Carmona, gestor do distrito, e Antonio Izildo, chefe da equipe de divisão técnica. "Eles desrespeitam o controle social da saúde indígena e a gestão é péssima. Precisamos de pessoas que priorizem o diálogo com o movimento indígena e as comunidades", afirma Lourenço, também integrante do Conselho Nacional de Saúde Indígena.

Além da substituição dos dirigentes, os povos exigem melhoras nas condições de trabalho dos servidores do DSEI. Desde o último dia 24 de junho, as comunidades contabilizaram seis mortes em decorrência da falta de estrutura para o atendimento da saúde. "Faltam medicamentos, transporte para os doentes. A desassistência faz com que os casos fiquem graves e caminhem para o óbito", diz Lourenço.

Para a liderança a situação é de colapso e por conta disso os povos estão dispostos a levar as mobilizações para outros pontos do estado, com novas ocupações e trancamentos. Os povos presentes nas mobilizações são os Krenjê, Tenetehara, Awá-Guajá, Apãniekra, Ramkokramekra, Gavião e Krikati. "Queremos dialogar, mas não mais com esses dirigentes. Esse é o nosso desejo", encerra Lourenço.



Seminário debate ampliação da assistência técnica para povos indígenas

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 04.07.2013

A sociobiodiversidade e a segurança alimentar destinadas à autonomia dos povos indígenas do Pará foi o tema do primeiro seminário indígena promovido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater), nesta quinta-feira (4), dentro da programação técnica da Feira da Agricultura Familiar da Amazônia Legal (Agrifal), que acontece até esta sexta-feira (5), no Hangar Convenções e Feiras da Amazônia.

O seminário reuniu integrantes das etnias Tembé, Xikrim, Assurini e Munduruku, para a discussão da ampliação do espaço de participação dos povos indígenas, do diálogo e da coleta de subsídios para a construção de uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Os participantes também procuraram identificar formas de os indígenas expressarem sua territorialidade, religiosidade e tradições, e de fortalecer a extensão rural.

Segundo Graça Amaral, técnica da Emater e coordenadora do seminário, o objetivo foi contribuir para uma política de Assistência Técnica Indígena no Pará, a partir do Programa Nacional de Ater (Pnater) e do diálogo com o Fórum dos Povos Indígenas, que será realizado com lideranças paraenses. Também foi destacada a importância da interação com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), no Pará.

Atualmente, a Emater atende pelo menos duas mil famílias de indígenas em todo o Estado. A equipe técnica atua nas mais diversas áreas, incentivando o desenvolvimento da produção e a organização das comunidades.

Nos últimos dois anos, o povo Munduruku, residente no município de Jacareacanga (oeste do Estado), recebe melhoria nas áreas de produção, na qualidade da alimentação e na destinação do excedente da produção de farinha, por exemplo, que já é comercializado com os supermercados da cidade. "Com isso, melhoramos a qualidade de vida das famílias", frisou Graça Amaral.

Para Batxi Kayapó, da aldeia Aucre, localizada no município de Ourilândia do Norte, no sudeste paraense, o seminário foi importante para o povo indígena obter informações que vão melhorar as propriedades e a produção. "Também aprendemos aqui que podemos exigir e contribuir com a melhoria da nossa saúde, com a escola, e com isso nossas famílias podem viver melhor", afirmou Batxi Kayapó.